



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3D - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: 3239-4226 - www.fadir.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Direito Empresarial II						
Unidade Ofertante:	FADIR						
Código:	FADIR31704	Período/Série:	7	Turma:	J		
Carga Horária:				Natureza:			
Teórica:	30	Prática:	0	Total:	30	Obrigatória()	Optativa()
Professor(A):	Almir Garcia Fernandes				Ano/Semestre:	2026-2	
Observações:							

2. EMENTA

Direito Falimentar: As origens históricas do Direito Falimentar. Falência. Órgãos da Falência e da Recuperação Judicial. Recuperação (extra)judicial de Empresas: O processo de Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Dispositivos penais da Lei 11.101/2005. Problemas de Direito Intertemporal.

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito Empresarial – Falências e Recuperação de Empresas é fundamental para a compreensão dos mecanismos jurídicos que regulam a crise da empresa. Seu estudo permite ao aluno conhecer os instrumentos legais destinados à preservação da atividade econômica, à proteção dos credores e à manutenção de empregos. Além disso, proporciona base teórica e prática para a atuação profissional em processos de reestruturação empresarial, contribuindo para a estabilidade do ambiente de negócios.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Ao final da disciplina, o estudante será capaz de estabelecer, a partir do ensino-aprendizagem, condições favoráveis para que disponha dos conhecimentos científicos necessários ao acompanhamento e execução de serviços vinculados ao processo falimentar e à recuperação de empresas.

Objetivos Específicos:

Habilitar o aluno a utilizar elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes do Direito Falimentar e Recuperacional; Valer-se de espírito crítico referente à matéria, de forma que compreendendo a dogmática possa ir além da norma jurídica, da jurisprudência e dos textos estudados.

5. PROGRAMA

Parte I – Direito Falimentar.

As origens históricas do direito falimentar

1.O direito falimentar no Brasil

2.A evolução da legislação falimentar brasileira

Falência.

1.Natureza jurídica da falência

2.Princípios da falência

3. Pressupostos da falência

4.Procedimento para a decretação da falência

2.4.1 O Sujeito passivo do pedido de falência

2.4.2 O Sujeito ativo do pedido de falência

2.4.3. O foro competente para o pedido de falência

2.4.4 O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor

2.4.5 a resposta do devedor ao pedido de falência.

2.4.6 A denegação da falência.

2.4.7 A decretação da falência.

2.4.8 Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência.

2.4.9 A participação do Ministério público na fase pré falimentar.

2.5 efeitos da decretação da falência.

2.5.1 Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor.

2.5.2 Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor.

2.5.3 Efeitos da falência quanto aos credores do falido.

2.6 O processo falimentar.

2.6.1 O procedimento de arrecadação dos bens do devedor.

2.6.2 O procedimento de verificação e habilitação dos créditos.

2.6.3 A realização do ativo do devedor.

2.6.4 Pagamento dos credores.

2.6.5 encerramento do processo falimentar.

3. Órgãos da falência e da recuperação.

3.1 administrador judicial.

3.1.1 Auxiliares do administrador judicial.

3.1.2 Atribuições do administrador judicial.

3.1.3 Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares.

3.2 comitê de credores.

3.2.1 Atribuições do comitê de credores.

3.2.2 Responsabilidade do administrador judicial e dos membros do comitê de credores.

3.3 Assembleia geral de credores.

3.3.1 Quórum de instalação.

3.3.2 Exercício do direito de voto.

3.3.3 Controle jurisdicional da assembleia geral de credores.

3.3.4 Composição da assembleia geral de credores.

3.3.5 Quórum de deliberação.

Parte II - Recuperação (extra)judicial de empresas.

O processo de recuperação judicial.

1 O pedido de recuperação judicial.

o autor do pedido.

Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial.

O foro competente para o pedido de recuperação judicial.

A petição inicial do pedido de recuperação.

Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial.

2 A apresentação do plano de recuperação judicial.

A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor.

Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial.

3 Credores submetidos ao processo de recuperação judicial do devedor.

o problema das travas bancárias.

Verificação e habilitação dos créditos.

4 A análise do plano de recuperação pelos credores e pelo juiz.

Da concessão da recuperação judicial com o consentimento dos credores.

Da concessão da recuperação judicial sem o consentimento dos credores.

5 Da decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos.

A atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial.

6 O encerramento do processo de recuperação judicial.

7 Da convolação da recuperação judicial em falência.

8 Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte.

Recuperação extrajudicial.

1 Requisitos legais da recuperação extrajudicial.

2 O plano de recuperação extrajudicial.

Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial.

3 o pedido de homologação do art. 162 da LRE.

4 O pedido de homologação do artigo 163 da LRE.

5 Procedimento do pedido de homologação

6 Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial

Dispositivos penais da Lei 11.101/2005.

1 A polêmica sobre a competência para julgamento dos crimes falimentares.

Problemas de direito intertemporal

6. METODOLOGIA

O conteúdo da disciplina será desenvolvido presencialmente e por meio de atividades assíncronas, utilizando-se as seguintes plataformas de *internet*. As técnicas de ensino que serão utilizadas compreendem seminários, debates, painéis, estudos dirigidos, aulas expositivas, exposições dialogadas, desenvolvimento de pesquisas, demonstrações, oficinas, realização de experimentos, dinâmicas de grupo e exercícios. Os recursos didáticos serão o quadro e giz, lousa branca, recursos audiovisuais como o data-show:

a) **Youtube**: postagem de videoaulas gravadas. Link para o canal será disponibilizado pela docente no início das aulas.

b) **Plataforma Microsoft Teams**: Sala de aula virtual para postagem de materiais (slides de aula, textos para leitura, exercícios de fixação e atividades avaliativas).

7. AVALIAÇÃO

a) 02 (dois) trabalhos avaliativos escritos individuais (questionários, leituras, fichamentos, criação de conteúdo), sobre as temáticas abordadas a cada módulo, no valor de 20,0 pontos cada. As atividades serão apresentadas com antecedência mínima de 3 dias e devem ser postadas na plataforma Microsoft Teams dentro do prazo estipulado (NÃO SERÁ ACEITO atraso na postagem) Total: 40,0 (quarenta

pontos);

b) 02 provas escritas individuais e presenciais (1º e 2º bimestre), sem consulta, sobre conteúdos determinados pelo docente com antecedência de 5 dias no valor individual de 30,0 pontos. Total: 60,0 (sessenta pontos);

c) 01 (uma) avaliação de recuperação de aprendizagem, no valor de 60,00 (sessenta pontos), abrangendo a matéria do semestre inteiro, para discentes que possuam frequência acima de 75% e nota inferior ao mínimo.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de Falência e Concordata**. 20. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022

BEZERRA FILHO, Manuel Justino. **Lei de falências comentada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Campinas: Bookseller, 2000.

Complementar

BRASIL. *Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005*. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 29, p. 1-7, 10 fev. 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas* 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa volume 3*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DINIZ, Gustavo Saad. *Grupos societários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Direito empresarial esquematizado*. 9. ed. São Paulo: Método, 2023.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Almir Garcia Fernandes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/09/2026, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7690867** e o código CRC **F2889F71**.